

22-28/07/78

H1R00117

Igreja em debate na 30.a reunião da SBPC

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), em sua 30.a reunião encerrada sábado, dia 15, discutiu tanto sobre a atuação da Igreja na América Latina e especialmente no Brasil que arrancou o seguinte comentário bem-humorado de dom Tomas Balduino, bispo de Goiás Velho e presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI): "Este Congresso corre o risco de virar um Concílio Ecumênico".

É lógico que não se pretende chegar a tanto, mas o fato inédito da SBPC discutir, em quatro encontros diferentes, questões ligadas à Igreja vem demonstrar que a ação social desta Igreja pós Vaticano II, em sua defesa intransigente dos oprimidos, despertou nos cientistas pelo menos a curiosidade de saber "que Igreja é esta?". E tiveram explicações e respostas diretas, sem rodeios e com muita franqueza.

Dom Cândido Padim, bispo de Bauru, por exemplo, falou a respeito da doutrina de Segurança Nacional, assunto que vem estudando há 10 anos, durante a mesa redonda sobre o tema "A Igreja e as Propostas de uma Nova Ordem Social", chamando a atenção para "a militarização da sociedade", como decorrência dos conceitos que emanam da doutrina de Segurança Nacional.

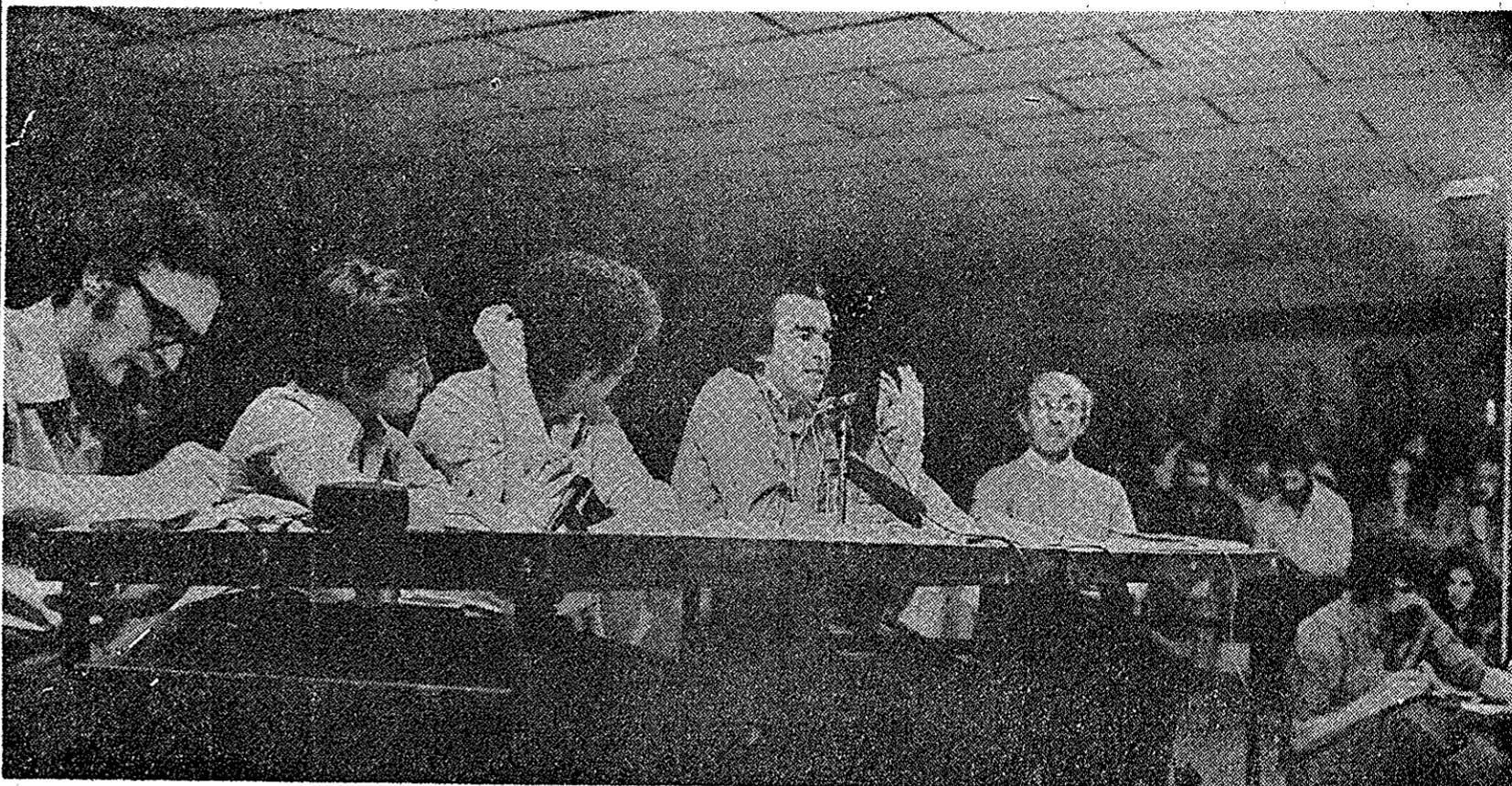
O presidente do CIMI, dom Balduino, durante os debates sobre "A Questão Indígena", limitou-se a analisar as reformulações do Estatuto do Índio que estão sendo estudadas pelo governo, que, para ele, "revelam mais uma vez o caráter autoritário do governo que centraliza em si não só o Poder, como também o saber". Participaram deste debate, o ex-ministro da Educação, Darci Ribeiro, os antropólogos Carlos Alberto Ricardo, Carmen Junqueira, Lux Vidal e o pesquisador norte-americano Shelton Davis. Antes de passar a palavra, dom Balduino rezou com os presentes pelo futuro dos índios, na forma de um poema de dom Pedro Casaldáliga, bispo de São Felix do Araguaia. Darci Ribeiro, por sua vez, fez uma "grave denúncia", ao afirmar que suspeita que o atual ministro do Interior, Rangel Reis, "tem ligações com poderosos arrendatários de ter-

ras dos índios no sul do Mato Grosso" e que por isso estaria interessado em emancipar logo os índios (com a emancipação, os índios perdem o direito coletivo à terra, tornando-se fácil presa dos especuladores. Atualmente, os índios não podem vender suas terras, porque estão sob a tutela do Estado).

O padre José Oscar Beozzo, da diocese de Lins, falando para um auditório lotado a respeito da "Igreja Latino-Americana de Medellín a Puebla", destacou como um ponto de esperança para a Conferência de Puebla, a realizar-se em outubro no México, "a experiência de participação popular da Igreja, na América Latina, a partir de Medellín". Foi o padre Beozzo, aliás, que propôs a SBPC a realização de um abaixo-assinado a ser enviado ao Papa Paulo VI, pedindo a nomeação dos bispos dom José Maria Pires, arcebispo de João Pessoa e dom Tomas Balduino, bispo de Goiás Velho, para participarem do encontro de Puebla, como representantes de duas raças oprimidas: o índio e o negro. O abaixo-assinado recebeu nada menos do que 1.130 adesões e foi aprovado pela Assembleia Geral da entidade.

Com a participação tão somente de cientistas, discutiu-se também sobre "Religião e Política no Brasil Contemporâneo". Foi um debate intenso entre a mesa e a platéia, com idéias por vezes que se chocaram e na opinião do sociólogo Cândido Procopio Ferreira de Camargo se, ao se aproximar dos humildes, a Igreja estaria apenas pretendendo sobreviver assegurando a sua sobrevivência, o fato não tem muita importância, acrescentando que felizmente a Igreja procura sobreviver do lado certo (do lado do povo), porque poderia tentar sobreviver ao lado das classes dominantes.

Mesmo separando política e religião, o professor Francisco Weyffort, da USP, observou que certos valores religiosos transitam hoje pela sociedade brasileira quase como que uma segunda consciência, como, por exemplo, a igualdade. Observou que esses valores são tradicionais na Igreja e embora estivesse em segundo plano há séculos, foram recuperados na resistência ao regime autoritário.



Mesa redonda sobre "Questão Indígena". (Da esq. para a dir.) Shelton Davis, Carmen Junqueira, Carlos Alberto Ricardo, Darci Ribeiro, Lux Vidal (encoberta) e dom Tomas Balduino.

A prejudicial emancipação do índio

Em sua palestra, dom Tomas Balduino, considerou imprescindível que a nova regulamentação do Estatuto do Índio fosse devidamente apreciada pela 30.a Reunião da SBPC e que fossem também tomadas as providências ao alcance "de todos nós". "Procurarei nesta rápida exposição — afirmou dom Balduino — apresentar as inovações que a minuta do novo decreto acrescenta à Lei do Estatuto do Índio. Em segundo lugar assinalarei os pressupostos políticos do futuro decreto e por último trarei a proposta do índio em sua própria fala".

AS INOVAÇÕES DO DECRETO

Segundo dom Balduino, todos os que têm criticado esta minuta de decreto de emancipação do índio não o fizeram pelo fato da regulamentação da Lei, mas sim pelo seu caráter insólito de modificação do Estatuto do Índio. Ao comparar o artigo 11 deste Estatuto com os artigos 3.º, 4.º, 5.º e 8.º do futuro, dom Balduino frisa que no Estatuto do Índio ainda em vigor "é a comunidade indígena que está incumbida de requerer a sua emancipação". O artigo 11 diz o seguinte: "mediante decreto do presidente da República, poderá ser declarada a emancipação da comunidade indígena e de seus membros, quanto ao regime tutelar estabelecido em lei, desde que requerida pela maioria dos membros do grupo e comprovada, em inquérito realizado pelo órgão federal competente, a sua plena integração na comunhão nacional".

Dom Balduino esclarece então que na minuta do novo decreto esta emancipação passa a ser requerida também por "iniciativa da Funai (art. 4.º), com verificação feita "por servidores notoriamente especializados, designados pelo presidente da Funai" (art. 5.º, § 1.º), por meio de formulários elaborados "pelos órgãos competentes da Funai, que também poderão ouvir (sic), para este fim, as pessoas de notório conhecimento em matéria indigenista". Diz ainda a minuta que o processo será examinado pelo presidente da Funai que aprovará ou não o relatório, "podendo (sic) valer-se para melhor esclarecimento e se julgar conveniente (sic), da assessoramento de pessoas ou órgãos possuidores de notório conhecimento em matéria indigenista" (art. 8.º).

Afirma dom Balduino: "Fica assim bem patenteada a inovação à Lei. A Funai, graças a legisladores mais avisados do que nossos deputados e senadores, tornou-se simplesmente uma instância com igual poder ao da comunidade indígena para requerer a emancipação desta e até com mais eficácia do que a própria comunidade, porque dispõe do indispensável aparato burocrático que os índios não têm. E o processo inteiro é coerente com o sagrado princípio do Poder centralizado, não dividido nem participado. Outras pessoas poderão ser ouvidas no caso se o presidente do órgão o julgar conveniente. Em outras palavras, podemos, se quisermos, brincar de antropólogos ou políticos, mas quem decide é um só".

A QUESTÃO DA TERRA

O presidente do CIMI fez ainda duras críticas ao modo que é encarado pela minuta o problema da terra do índio, em seu artigo 12: "a doação (da área de terras) à comunidade indígena e seus membros, será feita nos termos do artigo 1178 do Código Civil, passando a constituir propriedade individual (sic) do índio emancipado ou declarado integrado, a área que a este for doada". Outra inovação que se introduz, segundo dom Balduino, "subrepticamente" é a desapropriação da área indígena, proibida, aliás, pelo artigo do Estatuto do Índio e agora encaixada numa nova situação que não se enquadrará bem com as exceções previstas no artigo 20 da Lei 6001.

"Aqui está — salientou dom Balduino — uma das mais graves violências ao índio na tentativa de transformar a terra que é parte integrante de sua personalidade, em simples objeto de consumo. É a degradação de sua cultura pela destruição de sua memória e da sua ligação às suas raízes históricas que passam necessariamente pela terra. Conforme a minuta do decreto, esta terra deixa de ser aquele valor cultural, social e religioso para acabar sendo a "terra bem medida, como parte que te cabe deste latifúndio...".

É qual a responsabilidade da Funai com relação aos índios depois de emanci-

pados? perguntou dom Balduino, para ele mesmo responder:

"Vê-se pela minuta que este órgão, que vai se arrogar à iniciativa de propor, encaminhar e executar a emancipação dos índios, já não terá com relação a eles a mesma solicitude uma vez concluída a tarefa. No artigo 17, a minuta diz assim: "A Funai, quando se fizer necessário, prestará assistência aos índios mesmo depois de integrados ou emancipados". Se as exigências bem precisas da Lei 6001 — ressaltou — caem no conhecimento vazio, que se dirá então desde vago "quando se fizer necessário"?

PRESSUPOSTOS POLÍTICOS

Para dom Balduino, em primeiro lugar, a minuta "revela mais uma vez o caráter autoritário do governo que centraliza em si não só o Poder, como também o saber. Ele pode decidir sozinho não só porque é o único sujeito de autoridade, mas porque é o único conhecedor da realidade das coisas e das pessoas. Qualquer divergência deste saber é tida como contestação suspeita e perigosa, merecendo adequada repressão".

O decreto revela ainda, segundo o presidente do CIMI, a mentalidade desenvolvimentista que, como um ídolo, tomou conta do Sistema. "O índio precisa ser emancipado para não impedir o desenvolvimento; impõe-se portanto, a "emancipação" de suas terras para que dêem lugar às grandes hidroelétricas, sobretudo as grandes. Dêem lugar às grandes impressões agropecuárias, sobretudo as grandes".

Dom Balduino entende ainda que a minuta do decreto tem relação direta com a problemática da Segurança Nacional. "Com efeito, o índio é encarado por vários elementos da cúpula deste governo não mais como o bom selvagem de vida pura e maravilhosa como ainda o consideram alguns sertanistas herdeiros da filosofia de Rondon. O índio é visto como um ser político. Sua força está na sua organização tribal, alimentada pela recuperação de sua identidade étnica e aumentada pela sua evidente capacidade de articulação em vista de alguma federação de âmbito nacional ou continental. Ele representa um perigo e uma ameaça ao nosso modelo pelo fato dele ser uma alternativa. Apesar de sua fraqueza constitui um perigo. Por isso tem de ser destruído e desarticulado. Emancipado — prossegue — ele cairá na legislação comum, sobretudo na legislação penal que se tem mostrado bem eficaz, mormente em se tratando de marginalizados. O decreto em preparação aparentemente pode se apresentar como zeloso serviço ao índio, regulamentando o estatuto da emancipação. Na realidade é uma cruel aplicação a ele das exigências do nosso modelo de desenvolvimento com segurança".

PONTO DE VISTA DO ÍNDIO

O índio, afirmou, para surpresa de muitos setores da comunidade branca, tem falado "e exatamente sobre emancipação". Para comemorar o Dia Nacional do Índio em forma de Assembleia, os Kaingang, Terena, Xavante, Guarany, Bororo, Kayabi, Pareisi e Apiaká se reuniram dia 19 de abril de 1977 nas ruínas de São Miguel e redigiram uma mensagem em que afirmam: "Acaso estamos pedindo "integração" e "emancipação" na sociedade dos brancos? Não! Nós queremos apenas reconhecimento e respeito à nossa integridade física e cultural".

Dom Balduino referiu-se ainda à parte final do documento, em que os índios depois de se considerarem porta-vozes dos grupos que não puderam estar presentes, aproveitaram a oportunidade "para protestar contra qualquer ato ou intenção de manipulação, desprezo, imposição, exploração e destruição dos povos indígenas; que sejam respeitados como pessoas e como sociedades".

Os índios ressaltaram ainda em sua mensagem que querem "mostrar a todos aqueles que nos oprimem que somos dotados de capacidade de raciocínio e que, de fato, procuramos dentro dos meios legais, solucionar os problemas. E para finalizar a nossa mensagem do Dia do Índio, queremos oferecer um pouco dos nossos valores a essa sociedade que está despida dos valores espirituais e humanos. Esses valores vocês encontrarão na nossa forma simples de vivermos a vida".

Esperanças e sombras em Puebla

Esperanças e sombras marcam a próxima Conferência do Episcopado Latino-Americano, em Puebla (México), em outubro próximo. Esse foi o tema do Pe. José Oscar Beozzo, em palestra sobre "A Igreja Latino-Americana de Medellín a Puebla", que lotou o anfiteatro da Geografia e História, na Cidade Universitária.

Professor da Faculdade de Filosofia de Lins e co-autor da "História da Igreja na América Latina", o Pe. Beozzo — que já apresentou à Regional da CNBB um estudo sobre o documento inicial de Puebla destacou como um ponto de esperança para a conferência de Puebla "a experiência de participação popular da Igreja, na América Latina, a partir de Medellín. E, nessa experiência, é importante a conscientização diante do problema indígena e do problema da terra".

Para o Pe. Beozzo, essa esperança tem uma sombra, que é a ausência, na delegação brasileira à Puebla, dos Bispos Dom Tomás Balduino, presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), e de Dom José Maria Pires (Dom Pelé), arcebispo de João Pessoa. Por isso, o Pe. Beozzo propôs, no primeiro dia de trabalho da SBPC, a realização de um abaixo-assinado ao Papa Paulo VI, pedindo

a nomeação dos dois bispos para Puebla, como representantes de duas raças oprimidas, o índio e o negro.

Como pontos de esperança para Puebla, Pe. Beozzo ressaltou, ainda, "a atuação da Igreja em defesa dos direitos da maioria, e a ruptura da Igreja com o Estado, em muitos países, inclusive no Brasil".

Pe. Beozzo lembrou que, a partir da "Teologia da Libertação" — defendida em Medellín — as opiniões na Igreja se dividiram, havendo a essa linha dentro do próprio Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM). E acrescentou que "preocupa, também, o aumento do controle de Roma na Igreja da América Latina que assumiu uma liderança própria, de acordo com sua realidade. Para a reunião de Puebla, o controle continua, deixando-se pouco espaço às iniciativas do continente".

Entre esperanças e sombras, Pe. Beozzo elogiou a posição assumida, em abril último, pelo episcopado brasileiro com seu documento "Subsídios para Puebla". E concluiu, confiante: "A Igreja tem caminhado muito na América Latina e isso é motivo de esperança, seja qual for o resultado de Puebla".

Um pedido ao Papa

Com 1 mil 130 assinaturas, o abaixo-assinado ao Papa Paulo VI, pedindo a nomeação de Dom Tomás Balduino e de Dom José Maria Pires para a Conferência de Puebla, foi a moção que provocou a maior polêmica na Assembleia Geral da SBPC, que se encerrou na madrugada do último domingo.

O receio de que o abaixo-assinado representasse "uma ingerência" em assuntos da CNBB e da Igreja foi o motivo levantado nas discussões que se estenderam por uma hora e meia. E, em terceira votação, a moção foi aprovada por 81 votos a favor, contra 62 abstenções.

É o seguinte, na íntegra, o abaixo assinado ao Papa Paulo VI:

"Nós, participantes da 30.ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), depois de estudarmos o caminho percorrido desde Medellín pela Igreja na América Latina, sentimos falta de duas

vozes ativas na Conferência de Puebla, em outubro próximo. Uma que defenda os indígenas, tão faltos hoje de defesa, e outra que defenda os homens de raça negra, fundamental no Brasil e mantida em posição inferior na Igreja e na vida civil.

"Pedimos a V. Santidade que nomeie para Puebla o presidente do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Dom Tomás Balduino, Bispo de Goiás Velho; e o único bispo de cor negra do Brasil, Dom José Maria Pires, arcebispo da Paraíba. Nós confiamos na capacidade deles em representar e dar voz a estas duas etnias básicas da Igreja na América Latina e da civilização de nosso continente.

"Cria, V. Santidade, na nossa preocupação, como membros da comunidade científica brasileira, pelo futuro das populações marginalizadas do terceiro mundo e que anseiam em SER MAIS como pedida V. Santidade na Populorum Progressio".

Uma nova ordem social

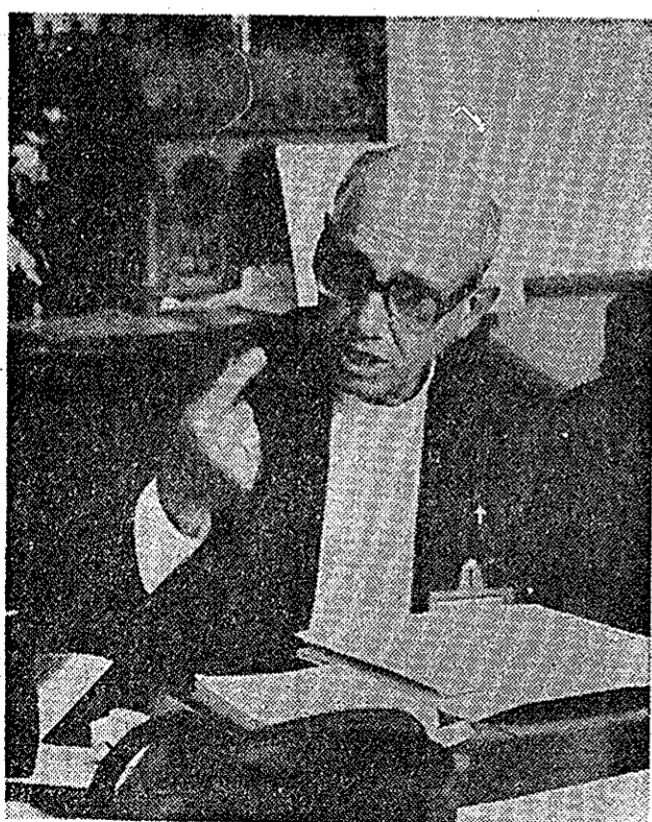
"A Igreja não pretende elaborar modelos. Não tem uma proposta concreta de uma nova ordem. Mas é luz, contribuição, para apresentar roteiros. Com esse esclarecimento, Dom Cândido Padim, Bispo de Bauru — um dos delegados brasileiros à Conferência de Puebla — iniciou sua participação no Simpósio sobre "A Igreja e as propostas de uma nova ordem social".

Estudiosos da Doutrina da Segurança Nacional, desde 1968, Dom Cândido analisou a sua aplicação na América Latina, confrontando seus princípios com os documentos da Igreja. E lembrou que não fazia "meras elocubrações, porque vivemos em regimes que se fundamentam nessa doutrina".

D. Cândido Padim ressaltou que "falta fundamentação filosófica para que a Doutrina de Segurança Nacional se justifique como doutrina. É uma doutrina conjuntural que se apresenta mais como estratégia que propriamente como doutrina filosófica".

Baseada no conceito de guerra total, a Doutrina de Segurança Nacional pretende justificar a instituição de um comando único, dentro de uma visão e estratégia militares. Particularmente no Brasil, um ponto importante é que ela foi a fm, para elaborar um projeto nacional a partir desse comando único, sem consulta à nação e ao povo — continuou.

Depois de citar vários documentos da Igreja, o Bispo de Bauru destacou que "a Igreja defende a aplicação da justiça e a ampla participação de todos na definição de uma sociedade". E observou que, em contrapartida, a Doutrina da Segurança Nacional "é a aplicação do princípio do chefe que sabe melhor e decide melhor que a tropa. Num país com essa doutrina, o princípio é de que os che-



fes escolhem melhor que o povo. Não há necessidade de se ampliar a participação porque as "elites esclarecidas" podem decidir melhor".

Essa é uma visão anti-humanista e cristã — advertiu Dom Padim. Admitir que órgãos adstritos à segurança tenham função de elaborar o projeto nacional é uma inversão de valores. Dessa forma, o povo não é senhor da história, passa a ser seu objetivo. Há um princípio constitucional de que "Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido". A Igreja defende a participação. Esperamos que se devolva ao povo o que lhe deve pertencer.

Doutor em Filosofia e Teologia, o uruguaio Julio Santa Ana, do Conselho Mundial de Igrejas, também participou do simpósio e lembrou que "não se pode

falar numa atitude monolítica da Igreja frente a propostas de uma nova ordem social. As Igrejas ganham realidade porque não podem escapar à dinâmica da luta de classes que repercute em seu seio. Isso não se resolve com sermões, mas com a prática que é muito tensa e difícil de assumir".

Para Julio Santa Ana, "o verdadeiro problema do ecumenismo, hoje, não é a divisão entre Igrejas Católica, Ortodoxa, Protestantes, mas a divisão, no interior dessas confissões, entre os que optam pelos oprimidos e os que mantêm a opção pelos grupos dominantes".

A Igreja, hoje, não se casa com nenhum sistema: aspira que os pobres reinem na terra, quer a justiça e que todos sejam responsáveis e não alienados — ressaltou.